



# UNIDADE 5

O MOVIMENTO NEGRO  
NO BRASIL: SUAS  
LUTAS E CONQUISTAS

# Unidade 5- O movimento negro no Brasil: suas lutas e conquistas

**Objetivos:** Apresentar os principais momentos de organização política e de lutas antirracistas dos movimentos negros no Brasil; enfatizar as conquistas e desafios do Movimento Negro Unificado.

Olá cursist@s!

Caro (a) cursista, espero que esteja acompanhando bem a nossa discussão sobre racismo no Brasil até aqui. É chegada a hora de pensarmos mais diretamente nas lutas de combate ao racismo, particularmente aquelas enfrentadas pelo movimento negro brasileiro. Você deve estar se perguntando: o que viria a ser o movimento negro? Quando ele se organizou? Ele é o mesmo durante nossa história republicana? O movimento negro sempre combateu o racismo? Quais as principais lutas e conquistas concretas desse movimento?

## 1. Períodos da organização do movimento negro no Brasil

Prezado(a) cursista, vamos, portanto, explicar estas questões iniciais levantadas. O movimento negro atualmente é uma forma de organização e mobilização política da sociedade civil centrada em uma identidade étnico-racial - negro, afrodescendente, afro-brasileiro - e com o objetivo de luta contra a discriminação racial dos negros em diferentes instituições e espaços sociais: escolas, universidades, hospitais, clubes, restaurantes, shoppings centers, hotéis, entre outros lugares. O movimento tem como meta a perspectiva da igualdade e da justiça social entre negros e brancos.

Essa definição é válida particularmente para o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, no contexto de abertura da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), e outros movimentos mais atuais. O MNU é um agente coletivo e político importante na reivindicação e conquista de muitas ações políticas, jurídicas e educacionais que ocorreram nas últimas décadas destinadas à população negra no Brasil. Antes de conversarmos mais sobre este período mais recente, é importante fazer referência às organizações negras que antecederam o MNU.

Os movimentos negros no Brasil tem uma história de discontinuidades e de posturas políticas bastante diferentes. Eles costumam ser divididos, a grosso modo, em quatro períodos principais: 1) República Velha (1889-1930); 2) Revolução de 1930 ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1937); 3) Da democratização ao Golpe Militar (1945-1964); 4) Da abertura política (1978/79) ao contexto atual (DOMINGUES, 2007).

Na primeira fase, especialmente entre 1910-1930, as organizações dos “homens de cor”- clubes cívicos, grêmios, sociedades beneficentes etc.-, como geralmente eram nomeadas, eram sobretudo assistenciais, recreativas e/ou culturais. Estas organizações não tinham um caráter partidário, eram locais e muitas delas vinculadas à religião católica. Muitos clubes e grêmios serviam como espaços de sociabilidade e lazer para os “homens de cor” em um contexto de

uma sociedade dominante que demarcava e criava muitos lugares de interdição aos negros, como clubes de futebol, piscinas, restaurantes, etc. De uma maneira ainda pouco expressiva, apareciam já denúncias de racismo e luta contra o preconceito por parte de algumas dessas organizações, principalmente por meio dos jornais escritos pertencentes a esses clubes e grêmios ou independentes (DOMINGUES, 2007).

O segundo período (1930-37) vale destacar particularmente a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, no início do governo de Getúlio Vargas (1930-45). Trata-se de um movimento social centrado na ideia nacionalista de defesa da inserção da “raça negra” no mundo do trabalho, uma vez que os imigrantes estrangeiros eram preferidos no mercado de trabalho, deixando a maioria dos negros e mestiços na condição de desempregados e marginalizados.

A Frente Negra Brasileira visava construir um “novo negro” (“trabalhador”, “ordeiro”, “civilizado”) por meio de valores morais e instrução escolar, afastando-se dos estereótipos relacionados ao negro: “vagabundo”, “sem instrução”, “bêbado”, etc. A inclusão do negro na sociedade nacional ocorreria por meio de uma postura assimilacionista de valores da cultura dominante. A FNB se transformou em partido político em 1936, mas no ano seguinte (1937), com a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-45), todos os partidos foram extintos, inclusive a FNB (DOMINGUES, 2007).

No terceiro período (1945-64) merece referência o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado ainda em 1944 por Abdias do Nascimento. O TEN é um movimento político de vanguarda artística focado na defesa da negritude, o negro como protagonista no teatro e na vida política. O negro passa a ser visto como o povo brasileiro. Não se trata de uma minoria, mas de uma maioria explorada e excluída, incluindo os mestiços e pardos sem direitos civis e sociais. Os negros necessitam romper com complexos de inferioridade, assumindo com orgulho sua negritude, e os mestiços precisam combater a “patologia” da ideologia da branquitude e se identificarem também como negros, ampliando a definição de negro (RAMOS, 1957).

Trata-se de um contexto nacional em que a discriminação racial, a medida que ampliava o mercado capitalista competitivo, tornava-se mais acirrada e mais visível. Os preconceitos e estereótipos continuavam a ser direcionados aos negros. A grande parcela da população negra e mestiça continuava vivendo em favelas, cortiços, mucambos (GUIMARÃES, 2002, p. 88). Tratava-se também do contexto político do nacional-desenvolvimentismo e das esperanças da integração do negro na sociedade de classes.

A perspectiva do TEN é uma combinação entre nacionalismo e negritude. As atividades do TEN não se resumiram ao teatro, houve também concurso de beleza, cursos de alfabetização para empregadas domésticas, entre outras atividades. O TEN termina sendo fechado no contexto do golpe militar no Brasil. Alguns de seus membros terminam indo para a aventura do exílio, como no caso de Abdias Nascimento que parte para os Estados Unidos.

Depois desses rápidos antecedentes, caro(a) cursista, voltamos para o contexto do Movimento Negro Unificado, o quarto momento histórico desse breve percurso de luta contra o racismo.

O MNU difere bastante dessas experiências anteriores. Inspira-se na luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos e dos conflitos pela emancipação nacional no contexto de independência dos países africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul) nos anos 1960 e 1970. As ideias de pan-africanismo e de afrocentrismo - uma perspectiva históri-

ca centrada na África e que visa combater o eurocentrismo hegemônico - estão presentes em algumas correntes desse novo movimento negro.

O MNU se apresenta como um movimento de esquerda e mantém relação com outros movimentos sociais (movimento feminista, novo sindicalismo, novos movimentos urbanos, entre outros) no contexto da abertura política no Brasil. É um movimento centrado na discussão de classe e raça.

Manifestação do Movimento Negro Unificado – Rio de Janeiro, 1978.



Fonte: <https://mamapress.wordpress.com/2013/08/03/desmilitarizar-a-policia-e-desmilitarizar-o-brasil/>, acesso em 18/05/2015.

Algumas correntes, como o “quilombismo”, lutam contra o capitalismo e o racismo. Para esta perspectiva, somente numa nova sociedade radicalmente igualitária é possível superar o racismo (GUIMARÃES, 2002). Lideranças do Teatro Experimental do Negro, como Abdias Nascimento, se tornou um protagonista central neste novo momento do movimento negro. Um autor que radicalizou bastante o seu discurso e suas práticas desde a experiência do TEN. Ele se aproximou do marxismo e das lutas dos direitos civis dos negros norte-americanos nos anos de 1960 e 1970 e se tornou um crítico fervoroso do mito da democracia racial.

## 2. Agenda e conquistas políticas do movimento negro

A agenda política do movimento negro desde o final dos anos 1970 e durante os anos 1980 foi bastante variada. Para efeito de nosso curso, gostaria somente de destacar alguns eixos: a política de identidade e reconhecimento dos negros, a inclusão do conhecimento africano e da cultura afro-brasileira no currículo escolar, a ação política e jurídica de criminalização do racismo, a ação simbólica em torno das datas comemorativas.

No primeiro eixo, a afirmação da negritude e das raízes culturais africanas, bem como a exigência de uma campanha do governo brasileiro que sensibilizasse a população negra (negra e parda) a se declarar “preta” nos censos de 1991 e 2000.

No segundo eixo, vale destaque às iniciativas para inclusão de conteúdos de História da África e do negro brasileiro nos currículos da educação básica, a revisão dos livros didáticos no que diz respeito à retirada de visões estereotipadas dos negros e a substituição por imagens e textos que promovam o orgulho e autoestima dos negros (GUIMARÃES, 2002).

Já, no terceiro, a luta para transformar o racismo em crime durante a Assembleia Constituinte (1986-88) e em 1989, ano de promulgação da lei específica de criminalização do racismo (7.716/89). No quarto eixo, a recusa da data oficial de 13 de maio como dia de celebração da incorporação dos negros à sociedade brasileira e a escolha do 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como o dia da Consciência Negra, entre outras. Esta separação aqui é unicamente para efeitos didáticos. Na prática essas ações ocorreram simultaneamente e não necessariamente nesta ordem.

No campo da educação, vale um registro de algumas iniciativas municipais e estaduais no sentido da inclusão da história da África nos currículos escolares, como a disciplina “introdução aos estudos africanos” nas escolas públicas de Salvador em 1985.

Essa experiência foi viabilizada a partir de uma parceria entre os movimentos sociais e a universidade, por meio do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). No Rio de Janeiro e São Paulo outras iniciativas foram formuladas, como os projetos Zumbi dos Palmares (RJ) e Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) (SP/RJ) e o Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-brasileiros (GTAAB) no âmbito da Secretaria de Educação (SP). Este grupo foi responsável por desenvolver uma série de atividades junto aos professores das escolas públicas visando rever os currículos e introduzir conteúdos não discriminatórios em relação aos negros (SILVA, 2006).

Nas décadas seguintes, o movimento negro teve envolvido na pressão pela concretização do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares por meio de legislações estaduais (Bahia, Rio de Janeiro e Alagoas) e municipais (leis orgânicas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e leis ordinárias de Belém, Aracaju e São Paulo) durante a década de 1990 e nacional (lei 10.639/03) no início dos anos 2000. A discussão detalhada da lei 10.639 será abordada nas próximas aulas.

O movimento negro tem lutado bastante, nas duas últimas décadas, no campo das ações afirmativas visando o acesso dos jovens negros e pobres à universidade. Líderes do movimento negro e intelectuais envolvidos ou solidários a políticas de reparação e inclusão social travaram uma batalha em torno da defesa de ações afirmativas no sistema de ensino brasileiro. Várias universidades públicas brasileiras adotam hoje políticas afirmativas.

O governo tem criado programas e políticas específicas, bem como instituído órgãos governamentais para tratar diretamente da questão racial no Brasil, como a Secretaria de Promoção



da Igualdade Racial. Algumas lideranças do movimento negro hoje fazem parte destes órgãos do governo e se articulam, de várias maneiras, com outros líderes e ações no âmbito da sociedade civil.

## PARA REFLETIR

*Você deve estar pensando: percebo que muitas ações de combate ao racismo e as desigualdades raciais estão sendo efetivadas nas três últimas décadas. E reconheço a importância do movimento negro nesse processo, bem como as ações dos governos municipais, estaduais e federais na efetivação de determinadas políticas de combate às desigualdades raciais. Mas, de fato, o racismo está diminuindo? A inclusão da História da África tem modificado a visão dos alunos da escola básica sobre o negro e o continente africano? As ações afirmativas têm contribuído para diminuir as disparidades entre negros e brancos em relação ao acesso à educação?*

Caro (a) cursista, suas perguntas exigem novas pesquisas, espero que continue formulando interrogações e buscando respostas a partir das publicações disponíveis sobre o tema. Gostaria que você lembrasse de suas perguntas em nossas próximas aulas, pois agora entraremos diretamente na discussão educacional e nas iniciativas de construção de uma educação antirracista. Espero que algumas de suas inquietações possam ser respondidas até o final de nosso curso.

## SAIBA MAIS

*Artigo científico: DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, n. 23, 2007, p. 100-122.*

*Site: <https://www.facebook.com/MNUMovimentoNegroUnificado>*

*Música: Negro rei, Cidade Negra.*

*Filme documentário: Raça Humana, de Dulce Queiroz (2010).*

*disponível: [https://www.youtube.com/watch?v=wd9jv3E\\_eKM](https://www.youtube.com/watch?v=wd9jv3E_eKM),*

*Lugar: Movimento Negro Unificado – Campinas/SP.*

### 3. Considerações finais

Como analisamos, o movimento negro percorreu um longo trajeto marcado por continuidades e rupturas tanto com relação ao seu discurso como no que diz respeito às suas reivindicações. É interessante notar que essa caminhada nos vai revelando também um processo de decodificação do nosso racismo. As denúncias e críticas realizadas pelas lideranças negras vão desvendando a lógica que move o racismo brasileiro.

Vimos também os desafios que ainda cercam as ações dessa e outras organizações sociais na busca pela promoção da igualdade racial. A história dos movimentos negros no Brasil revela continuidades e descontinuidades, algumas convergências e divergências de projetos e ações no passado e no presente. O movimento negro não é homogêneo, é plural, com divergências ideológicas e de formas de atuação política, mas, ao mesmo tempo, busca convergir para algumas bandeiras de lutas em comum, como as atuais políticas de ação afirmativa e de luta por uma educação antirracista.

## Referências bibliográficas

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, n. 23, 2007, p. 100-122.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Classes, raças e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 2002, p.169-195.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SILVA, José Carlos Gomes. Cultura afro-brasileira e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares: breve memória de lutas por uma educação inclusiva\*. Texto apresentado no SEMINÁRIO RACISMO E EDUCAÇÃO II, nov. 2006, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG.

